

Jornal Preto no Branco no cenário da imprensa alternativa ¹

Helder Marques de Sousa COELHO²
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)³

RESUMO

O estudo enfoca a experiência do jornal Preto no Branco, órgão da imprensa alternativa criado pela Cooperativa dos Jornalistas de Santos (Jornacoop). A publicação, que usava o slogan “Um jornal sem patrão”, surgiu em agosto de 1979 e se estendeu até 1980, durante o processo de distensão política no regime militar desenvolvido entre os governos dos generais Geisel e Figueiredo. O objetivo desta investigação é o de analisar a contribuição do jornal Preto no Branco no enfrentamento da ditadura militar e no panorama da imprensa alternativa. Para a concretização do trabalho, os procedimentos metodológicos a serem adotados envolvem levantamento bibliográfico sobre imprensa alternativa, ditadura militar e memória.

PALAVRAS-CHAVE: Jornal Preto no Branco; Imprensa alternativa; Ditadura militar; Cooperativas de jornalistas; História da imprensa.

Este artigo pretende apresentar a experiência do jornal mensal Preto no Branco, órgão da imprensa alternativa criado pela Cooperativa dos Jornalistas de Santos (Jornacoop), que circulou nos anos de 1978 e 1979. A partir daí, analisar o seu papel no cenário da imprensa alternativa e no enfrentamento da ditadura militar..

Para a fundamentação teórica deste estudo, serão adotados autores que formularam conceitos e propuseram reflexões sobre as questões que envolvem o projeto de pesquisa, no caso a imprensa alternativa e a ditadura militar, adotando ainda como referências estudos sobre a memória, especialmente sua relação com regimes ditatoriais.

Importante destacar que não há registros significativos em livros ou estudos acadêmicos sobre o tabloide, apenas citações extremamente superficiais. O mesmo acontece com a Jornacoop, cuja trajetória também é pouco conhecida, embora ela tenha sido a primeira cooperativa dessa categoria profissional no estado de São Paulo, fundada em 1977.

¹ Trabalho apresentado no GT Comunicação Popular e Alternativa, do PENSACOM BRASIL 2018

² Mestrando do curso de Comunicação Social da UMESp, email:/heldermarques610@gmail.com

³ Estudo financiado por bolsa da CAPES

A lacuna na investigação sobre essa publicação da imprensa alternativa é mais evidente por não ter sido incluída na lista de 150 jornais relacionados por Bernardo Kucinski em sua pormenorizada obra “Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa”, elaborada inicialmente como tese de doutorado na USP.

Abrangente, a relação do livro de Kucinski indica até mesmo jornais de curta longevidade ou com circulação restrita a cidades do interior. Mas não há referência de maior profundidade sobre o Preto no Branco no mais completo levantamento sobre a imprensa alternativa no Brasil daquele período. A única informação do autor sobre o mensário santista - que durou quinze edições -, encontra-se quando ele analisa os veículos das cooperativas de jornalistas e refere-se ao Paraná Repórter, da Copjornal de Londrina - que durou apenas cinco edições -, para depois acrescentar laconicamente: “Igualmente efêmero foi o Preto no Branco, lançado pela Jornacoop de Santos” (KUCINSKI, 2003, p.112).

Outra singela citação vem do “Inventário dos jornais de Santos: 1849-2000”, trabalho desenvolvido por Dirceu Fernandes Lopes e Ivani Ribeiro Silva, que informa somente que a coleção completa do Preto no Branco pode ser apreciada na hemeroteca da Universidade Católica de Santos (UniSantos) e que há também alguns exemplares na Universidade de Campinas (Unicamp) (LOPES e RIBEIRO SILVA, 2007, p. 6).

O mensário surgiu em agosto de 1979, logo após a greve dos jornalistas ocorrida naquele ano em São Paulo. A partir da sentença do Tribunal Regional do Trabalho, que julgou a greve ilegal, as empresas jornalísticas iniciaram um processo de demissão de centenas de jornalistas. Em Santos, as demissões na sucursal do jornal O Estado de S. Paulo/Jornal da Tarde fizeram com que os jornalistas demitidos passassem a ver a Jornacoop não apenas como espaço para eventuais serviços jornalísticos, mas como uma alternativa de trabalho regular e com mais autonomia.

Com a participação ativa desses jornalistas no dia a dia da cooperativa foi possível viabilizar a ideia de um jornal, à semelhança do respeitado Coojornal, da Cooperativa dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Tendo como slogan publicitário “Um jornal sem patrão”, o Preto no Branco era impresso no formato tabloide, com tiragem de 5 mil exemplares e 16 páginas.

A publicação nasceu durante o processo de abertura democrática iniciado no governo do general Ernesto Geisel (1974/79), cujo sucessor, o general João Batista

Figueiredo (1979/85), deu sequência. A distensão política provocou o descontentamento da chamada linha-dura das Forças Armadas, que passou a intensificar as ações de tortura contra os adversários do regime, culminando nas mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI, do II Exército.

A comoção popular decorrente dessas mortes não intimidou os setores militares mais radicais e atentados a bomba foram praticados contra organizações da sociedade civil. Bancas de jornal que vendiam jornais da imprensa alternativa foram alvos de explosões, incêndios e ameaças de bomba.

O Preto no Branco também recebeu ameaças nesse período. Em julho de 1980, uma circular em nome do Comando de Caça aos Comunistas de Santos, da Falange Pátria Nova e das Brigadas Moralistas foi deixada em distribuidoras e bancas de jornais e revistas ameaçando os jornaleiros que vendessem órgãos da imprensa alternativa, relacionando o Preto no Branco e outros jornais alternativos da época. Diante das crescentes dificuldades para distribuição e venda nas bancas, o órgão da Jornacoop não teve como subsistir e publicou sua última edição em dezembro daquele ano.

O avanço da imprensa alternativa

Kucinski afirma que os 150 periódicos que surgiram e fecharam entre 1964 e 1980 eram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica e “tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (KUCINSKI, 2003, p. 13).

Chinem também pode dar uma contribuição importante para este estudo. O autor tem pensamento semelhante ao de Kucinski na definição sobre a imprensa alternativa daquele período. Para ele, que acrescenta outras designações para essa imprensa, como sendo “de leitor”, “independente” e “underground”, os alternativos eram jornais “que se caracterizavam pela oposição intransigente ao regime militar” (CHINEM, 2004, p.7).

“Era a única imprensa que fazia perguntas, as demais, que tinham estrutura para fazer a resistência, com poucas exceções, se calavam. Uma das funções da imprensa é tentar propor caminhos, e não apenas repassar notícia. É ter uma postura, questionar, fazer perguntas, enfim, realizar o sonho de muitos profissionais do setor: fazer um jornal feito por jornalistas” (CHINEM, 2004, p. 7 e 8).

A classificação genérica de imprensa alternativa para diferentes publicações já não era admissível após o fim da ditadura e a expressão foi revisitada posteriormente

por Regina Festa e Cicília Peruzzo , distinguindo-a dos jornais de caráter comunitário e popular. Peruzzo (2006, p. 7) definiu a imprensa alternativa como sendo representada pelos “jornais dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam um novo projeto social”.

Bernardo Kucinski (2003, p. 13) informa que os jornais que circularam durante a ditadura militar receberam inicialmente o nome de *underground*, dado na coluna “Jornal dos jornais” na Folha de S. Paulo, em julho de 1975, pelo jornalista Alberto Dines.

No mesmo ano, em artigo publicado no jornal O Pasquim, na edição da semana de 1 a 7 de agosto, o escritor João Antonio teria cunhado a expressão “imprensa nanica”, que passou a ser bastante adotada na época. Mais tarde, em abril de 1976, novamente em sua coluna na Folha, Dines preferiu chamar esse conjunto de pequenos jornais de “imprensa alternativa”, termo que acabou se popularizando.

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, conforme Kucinski, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. “Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial” (KUCINSKI, 2003, p. 13).

No apogeu da imprensa alternativa, durante o triênio 1975-1977, os oito principais jornais somavam até 160 mil exemplares por semana, e circulavam mais de duas dezenas de publicações de âmbito regional ou com temáticas específicas, como os jornais feministas, e outros menores ou efêmeros. (KUCINSKI, 2003, p. 21).

O autor dividiu os jornais alternativos em duas grandes classes: “alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960” (KUCINSKI, 2003, p. 14).

A outra classe de jornais, segundo o autor, tinha suas raízes justamente nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. “Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o machismo hipócrita da classe média”. (KUCINSKI, 2003, p. 15).

Apesar de rejeitarem a primazia do discurso ideológico, esses jornais de raízes existencialistas atuavam no plano da contingência política e se opunham ao regime até mais visceralmente do que os marxistas (KUCINSKI, 2003, p. 15).

Por sua linha editorial, o Preto no Branco encaixa-se melhor nesta segunda categoria, tendo em vista que, embora muitas das reportagens tivessem cunho político, não havia organizações partidárias ligadas à Cooperativa ou diretamente ao jornal, como era comum em outras publicações.

“(...) apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológico-cultural” (KUCINSKI, 2003, p. 17).

Apenas cerca de 25 jornais tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos. Mas, segundo o autor, apesar da grande variedade de propostas editoriais, nenhum deles sobreviveu ao regime autoritário que combateram e sob o qual nasceram. Para Kucinski (2003, p. 24-26), a retomada das atividades político-partidárias esvaziaram a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sociopolítica, mas o motivo para o fechamento desses jornais se deveu mais às crises internas do que à repressão dos militares.

Um dos jornais mais longevos e também o único fora do eixo Rio-São Paulo com circulação nacional foi o Coojornal, lançado em 1976 pela Cooperativa dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, com uma tiragem inicial de 4 mil exemplares, mas que em um ano atingiu 35 mil jornais (CHINEM, 2004, p. 75). Foi o êxito do Coojornal que inspirou o lançamento do Preto Branco em Santos.

Fundada em 1974, a Cooperativa dos Jornalistas do Rio Grande do Sul (Coojornal) iniciou suas atividades prestando serviços jornalísticos e, dois anos depois, lançou o Coojornal. A cooperativa gaúcha teve como influência a experiência do *Il Giornale*, de Milão, que adotava o sistema cooperativista.

As constantes divergências entre seus componentes e a prisão de quatro dos seus principais jornalistas em virtude do processo de 1981 acabaram por determinar o fechamento do jornal em março de 1983. Além disso, Kucinski (2003, p. 278) lembra

que, apesar do prestígio, o Coojornal era “altamente deficitário”, tinha um elevado custo de distribuição e pouca publicidade.

Santos, a “Cidade Vermelha”

Para avaliar melhor o papel do Preto no Branco no período do regime militar, é necessário retroceder alguns anos para compreender o que representava a cidade de Santos no contexto político nacional, antes e após o golpe. O registro desses acontecimentos permite compreender o contexto em que foi criado o jornal, durante um período de exceção e em uma cidade apontada como sendo reduto de movimentos de esquerda.

Havia uma incandescente tensão na política nacional, que tivera início a partir da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, mas se agravara com o restabelecimento do presidencialismo e o conseqüente fortalecimento do governo de João Goulart. O sindicalismo era atuante, as organizações camponesas cresciam e outros movimentos sociais também se destacavam, ao mesmo tempo em que setores empresariais, da Igreja Católica e da grande imprensa se articulavam contra Jango, descontentes com os rumos do País. O Brasil estava dividido.

Em Santos, em razão da força do sindicalismo na região, as greves se sucediam, algumas delas de caráter geral. O Fórum Sindical de Debates, entidade que reunia os principais sindicatos de trabalhadores da Baixada Santista, não hesitava em declarar greve geral de solidariedade caso uma das categorias não tivesse suas reivindicações trabalhistas atendidas pelos patrões.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues, pesquisador da Unicamp, nos primeiros anos da década de 1960, a importância de Santos e da Baixada Santista no panorama nacional viria a se ampliar ainda mais com a implantação de novas indústrias, como a Refinaria Artur Bernardes e a Cosipa, “que fizeram do Sindipetro e dos Metalúrgicos de Santos, ao lado do Sindicato da Estiva, forças importantes no movimento sindical e mesmo na política do País”. (MEMÓRIA, 1997, p. 1).

Os setores contrários à política janguista temiam que a cidade fosse transformada em um polo de comunização do País.

“Para os articuladores do golpe, Santos era potencialmente perigosa. Oposicionista por tradição, a cidade tinha vida cultural e política com brilho próprio, certa rebeldia, e isso irradiava-se em todas as direções (...)Acima de tudo, Santos representava a vanguarda incontestável do

sindicalismo brasileiro, quase vinte anos antes das grandes greves do ABC Paulista” (MARQUES DA SILVA, 1988, p. 14).

Em 1964, com a deposição de Jango, os sindicatos santistas foram os primeiros alvos dos militares, que invadiram com violência as sedes sindicais. Marques da Silva (1988, p. 41) relata que todos os sindicatos de maior influência tiveram seus “cofres arrombados, móveis despedaçados, livros de atas e documentos apreendidos (...) e prisões, muitas prisões”.

Um dos líderes do golpe em Santos, o então major Erasmo Dias, concedeu depoimento em 1988 confirmando a imagem que se tinha idealizado sobre a cidade.

“Santos foi onde a revolução correu maior perigo, maior risco. A cidade era como um ponto de partida, a própria orgiem da revolução. Porque aqui o esquerdismo adquiriu uma força pontencial que não existia no Brasil inteiro. Durante um ano não houve um dia em que não tinha uma greve. A Câmara de Santos era dominada pelos comunistas, o prefeito de Santos era ligado aos comunistas, toda a potencialidade política de Santos estava nas mãos do que eu costumo chamar de peleguismo sindical comunista. Essa força vinha do sindicalismo. Aqui tinha um tal de Forum Sindical de Debates que era uma espécie de *soviète*, que para mim foi o primeiro *soviète* que tentaram implantar no Brasil, para a revolução socialista” (MARQUES DA SILVA, 1988, p. 14).

Marques da Silva reitera essa percepção da época, lembrando que os conspiradores de 64, com o apoio dos meios de comunicação, criaram a imagem de que Santos era uma cidade dominada pelos comunistas, onde os sindicatos armazenavam fuzis e metralhadoras em suas sedes, preparando-se para a revolução socialista.

“Era a “Cidade Vermelha”, a “República Sindicalista”. Hoje, essa imagem não resiste a mais simples análise histórica. A grande maioria dos líderes sindicais da época inspirava-se no trabalhismo de Getúlio Vargas.(...) E nenhuma sede de sindicato escondia sequer um velho revólver” (MARQUES DA SILVA, 1988, p. 14).

Uma das primeiras iniciativas dos militares foi trazer um navio-prisão para ficar ancorado no estuário santista, mantendo ali sindicalistas, políticos e outros opositores do

regime. Para o navio “Raul Soares” foram transferidos mais de 60 presos políticos que estavam na Cadeia Pública de Santos, que encontrava-se superlotada e tivera inclusive de libertar presos correcionais para dar espaço nas celas aos acusados de subversão (MARQUES DA SILVA, 1988, p. 10). As listas de presos eram divulgadas diariamente pelos jornais e, em 14 de junho de 1964, o prefeito José Gomes e o presidente da Câmara, João Inácio de Souza, foram cassados por ato do presidente Castelo Branco. Gomes foi levado posteriormente para o navio-prisão Raul Soares.

Os maus tratos e a tortura psicológica faziam parte da rotina do navio-prisão Raul Soares, conforme relatos apresentados por Marques da Silva (1988, p. 16-21). Uma delas era a de colocar os presos na caldeira do navio, onde enfrentavam o excessivo calor e a falta de ventilação. Outros ficavam em celas com água até a altura do joelho ou no local onde ficavam as fezes dos prisioneiros.

“Os anos se passaram, mas a memória teima em continuar lembrando cenas. Ainda hoje os sobreviventes do *Raul Soares* não conseguem esquecer certas imagens mais fortes (...)” (MARQUES DA SILVA, p. 20).

Muitos historiadores dividem a ditadura em duas fases, antes e depois da decretação do Ato Institucional nº 5. Em Santos, esse segundo golpe dos militares foi sentido claramente. Em 15 de novembro de 1968, o advogado e jornalista Esmeraldo Tarquínio, candidato pelo MDB, foi eleito prefeito com 45.210 votos. Na mesma eleição, a oposição fez a maioria na Câmara, com dez vereadores. A escolha de um candidato negro e opositor para governar o município foi interpretada pelos setores que davam sustentação ao regime como um recado de insubordinação dos cidadãos santistas. A manchete do jornal Cidade de Santos, no dia seguinte ao pleito, retratava com ironia a situação: “Deu crioulo mesmo”.

Com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, ganhou corpo um inevitável clima de desconfiança sobre a possibilidade de Esmeraldo tomar posse. A apreensão geral foi confirmada em 13 de março de 1969, quando o prefeito recém-eleito teve seus direitos políticos cassados por dez anos. O vice, Osvaldo Justo, se recusou a assumir, e a 1º de abril de 1969 foi indicado o general Clóvis Bandeira Brasil como interventor federal no município. Em 8 de maio, foi decretado o recesso da Câmara de Santos, que permaneceu fechada até 8 de julho de 1970. A cidade foi oficialmente declarada área de

segurança nacional em 12 de setembro de 1969, com a perda de seus direitos políticos. Nos anos seguintes, foi administrada por prefeitos nomeados pelo governo militar, só conseguindo reconquistar sua autonomia política em 3 de junho de 1984.

O enquadramento da memória nos regimes autoritários

Os pensadores que promoveram estudos sobre a memória podem acrescentar reflexões substanciais para avaliarmos o papel da imprensa alternativa dentro de uma conjuntura política adversa, na qual vigorava a censura à grande imprensa e uma intensa propaganda oficial, cuja finalidade era conquistar uma imagem positiva junto à população.

Considerando o risco de esquecimento da contribuição dada pelo Preto no Branco na resistência ao regime militar devido à existência de poucos elementos para o seu resgate histórico, é essencial também trazer a visão de Walter Benjamin no uso das expressões “vestígios”, “farrapos”, “resíduos” e “ruínas” como uma tentativa de ressignificar o presente e reconstruir a memória encoberta pelo tempo. Para o filósofo alemão, aquilo que é desprezado, o que ele chama de “resíduos”, pode se tornar conhecimento e servir para recontar algo sob outra perspectiva; para mostrar uma nova faceta da história, não percebida superficialmente.

Adotando uma postura arqueológica para defender suas ideias, Benjamin teceu uma proposta sobre a não-linearidade da história, alicerçada na dialética entre passado, presente e futuro. Para ele, o registro oficial e a transmissão da história são apropriadas pelos dominadores, os “herdeiros de todos os que venceram antes”, entendendo que “nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie” (BENJAMIN, 1992, p. 244- 245).

Sob essa ótica, os fragmentos sobre a trajetória do Preto no Branco - que podem ser encontrados nos exemplares ainda existentes, em eventuais documentos da Cooperativa dos Jornalistas de Santos e mesmo nos testemunhos, nas lembranças estilhaçadas de seus ex-integrantes - poderão ajudar a compor uma narrativa mais completa sobre o que o tabloide representou na época e qual a sua relevância nos dias de hoje.

Nesse sentido, propomos uma discussão teórica do conceito de memória, seguida da sua importância para a construção de identidades individuais e coletivas, seguida de análise sobre a relação da memória com os regimes autoritários.

A memória tem uma característica fundamental para a sociedade, que é a de estabelecer a identidade individual ou coletiva, tendo como parâmetro os conhecimentos que as pessoas ou grupos sociais possuem sobre sua própria história.

Durante muito tempo não se deu importância aos aspectos sociais da memória. Foi Halbwachs quem trouxe o conceito de memória como fenômeno coletivo, ao indicar que a memória promove o vínculo entre os membros de um grupo com base no seu passado conjunto, consolidando os valores predominantes entre eles. “Trago comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou de leituras – mas esta é uma memória tomada de empréstimo, que não é minha” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

O pensamento de Halbwachs foi criticado por ser restritivo, ao defender que a identidade coletiva antecede a memória e, assim, desconsiderar as características dialógicas e conflitivas da memória e também da identidade. Os componentes antagônicos do cenário social, as controvérsias, as lutas pela dominação, não estão presentes na concepção determinista de Halbwachs. Ou seja, ao enfatizar que é na sociedade que as pessoas adquirem suas memórias, ele teria desprezado o relacionamento entre a consciência individual e a das coletividades.

“Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLACK, 1989, p. 40).

A memória social, como resultado da mente individual na sua relação com o mundo exterior é, assim, constituída pela conjunção de diferentes passados num passado comum dos membros de uma coletividade. A memória da ditadura militar brasileira, por exemplo, para muitos que não vivenciaram este período de 1964-1985, é construída a partir da memória dos outros.

Como afirma Le Goff (1996, p. 422), além de ser uma conquista, a memória coletiva é um instrumento e objeto de poder. Apoderar-se dela ou do seu esquecimento é preocupação das classes e grupos que dominam a sociedade. Assim sendo, “os

esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 471).

A função seletiva da narrativa propicia à manipulação a oportunidade e os meios de aplicar uma estratégia de esquecimento tanto quanto de rememoração. Os recursos de manipulação na narrativa aparecem no discurso justificador da dominação, que não se limita à coerção física, como esclarece Ricoeur (2007, p. 98).

Se é no presente que a reconstituição do passado é disputada como recurso para a construção de um futuro que corresponda aos anseios do presente, cabe salientar as práticas de armazenamento e esquecimento do passado. Como indica Michael Pollak (1989), há uma ação de “enquadramento da memória”, na qual é selecionado o que será lembrado e o que deve ser esquecido.

Sobre a doutrinação ideológica da memória, Pollak (1989, p. 5) aponta que as lembranças traumatizantes “esperam o momento propício para serem expressas” e afirma que, embora tenham ficado confinadas ao silêncio durante muito tempo, elas “permanecem vivas”, porque “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” .

O autor enfatiza que essa memória “proibida”, e portanto “clandestina”, em algum momento passa a ocupar toda a cena cultural, comprovando o fosso que separa a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica.

“Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (...). Este exemplo mostra a necessidade, para os dirigentes, de associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto) crítica do passado” (POLLAK, 1989, p. 5).

Constata-se, portanto, que a conquista da memória coletiva é algo que se pretende garantir de forma intensa na luta das forças sociais pelo poder.

“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e

os silêncios da história são reveladores desse mecanismos de manipulação de memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 426).

Para Tzvetan Todorov, os regimes totalitários têm praticado a apropriação e supressão da memória como forma de controle e, embora tenham fracassado em algumas ocasiões, em outras os vestígios do passado foram eliminados com êxito. No entanto, da mesma forma que os governos ditatoriais concebem o controle da informação como prioridade, “seus inimigos, por sua vez, se empenham a fundo para levar essa política ao fracasso” (2000, p. 11-13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a memória social não pode ser compreendida apenas como sendo objeto de determinação coercitivamente imposta por dominadores que desejam uma versão cristalizada do passado. As relações de poder e de dominação devem ser levadas em conta, mas é preciso considerar também a multiplicidade de atores e de forças que colaboram para a produção da memória, elaborada dinamicamente a partir de conflitos, não se restringindo ao modelo idealizado pelos detentores do poder. No caso, a imprensa alternativa exerceu essa tarefa de trazer as informações ao público que estavam cerceadas pelo regime militar.

Devido à inexistência de estudos anteriores sobre a trajetória do Preto no Branco, e levando-se em conta que muitos dos seus ex-integrantes já estão com idade avançada, corre-se o risco de, dentro de mais alguns anos, não ser possível recuperar a memória dessa publicação da comunicação alternativa.

Sobre o papel do Preto no Branco no cenário da imprensa alternativa, consideramos que, embora de abrangência regional, o tabloide adquire expressão entre os jornais alternativos brasileiros exatamente por ter circulado em Santos, cidade que foi emblemática na luta contra a ditadura militar desde a deflagração do golpe em 1964.

Muitos acontecimentos traumáticos envolveram a cidade nesse período. Nos primeiros dias do novo regime, vários sindicatos foram fechados e os sindicalistas levados para o navio-prisão Raul Soares; nos anos seguintes, políticos santistas tiveram seus direitos políticos cassados, inclusive o prefeito eleito, Esmeraldo Tarquínio, impedido de assumir o cargo em 1969 pelo AI-5. O deputado federal Rubens Paiva, santista, foi declarado desaparecido em 1971, após ser preso por agentes da repressão.

O município foi considerado área de segurança nacional e permaneceu sob intervenção federal de 1969 a 1984.

Outro aspecto que demonstra a importância do Preto no Branco e o distingue de boa parte dos demais veículos, inclusive daqueles com sede em capitais, é a sua longevidade. O tabloide permaneceu em circulação por quinze edições, o que não é pouco, considerando que “um em cada dois não chegava a completar um ano de existência” (KUCINSKI, 2004, p. 24).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. Lisboa, Relógio de Água, 1992.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet**. São Paulo: Disal, 2004.

FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. rev. e amp. São Paulo: Edusp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp, 1996.

LOPES, Dirceu Fernandes e SILVA, Ivani Ribeiro da. **Inventário dos jornais de Santos: 1984-2000**. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0066-1.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2017.

PERUZZO, CÍCÍLIA M. K. **Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Disponível em
[Chttp://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Revisitando%20os%20Conceitos%20de%20Comunicacao%20Popular.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Revisitando%20os%20Conceitos%20de%20Comunicacao%20Popular.pdf). Acesso em 17 de junho de 2017.

POLLAK, Michael (1989). **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François {et al}. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

SILVA, Ricardo Marques da. **Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta**. Santos: Secretaria de Cultura de Santos, 1988.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

.

.